

UM ESTUDO SOBRE POLÍTICAS E GESTÃO ESCOLAR NO ENSINO PRIMÁRIO EM LUANDA-ANGOLA

Janselma Figueiredo José¹

Andrea Yumi Sugishita Kanikadan²

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo promover uma reflexão sobre as políticas e gestão escolar no ensino primário em Luanda-Angola, procurando assim, saber como se tem desenvolvido essa temática, e por intermédio disso, identificar as políticas de gestão escolar, conhecer sua estrutura e organização, assim como também apresentar as políticas públicas que o Estado vem implementando para melhorar o sistema do ensino primário em Luanda, e para a construção da mesma, recorreremos aos documentos oficiais e à pesquisas realizadas por intelectuais que se empenham em estudar as políticas educativas efetuadas em Angola. Para isso, a pesquisa é de abordagem qualitativa do tipo bibliográfica, e análise documental. A partir dos resultados, compreendemos que apesar dos esforços que o Estado angolano tem tido, em procurar criar políticas de gestão, assim como a implementação de programas para melhorar o ensino público angolano, a situação continua precária, com um elevado quadro de analfabetismo, as condições de aprendizagem são afetadas pela falta de materiais didáticos, falta de infraestruturas e de equipamentos mobiliários escolares e deficiências curriculares; há regiões que ainda carecem do mesmo sistema de ensino, resultando em números elevados de crianças sem acesso à educação.

Palavras-chaves: Ensino, Gestão escolar, Políticas públicas, Organização.

INTRODUÇÃO

¹ Discente do curso de Administração Pública na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira – Unilab.

² Orientadora. Graduação em Administração pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil (2000), Mestrado em Administração Universidade de São Paulo, USP, Brasil (2005), doutorado em Ecologia Aplicada Universidade de São Paulo, USP, Brasil (2014). Professora adjunta do curso de Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (ICSA/UNILAB-CE).

A República de Angola é um país soberano e independente desde 11 de novembro de 1975, situada na costa ocidental da África Austral Subsaariana, ao sul do Equador. É um país unitário, com uma administração pública centralizada (ANGOLA, 2010), no qual as políticas e a gestão da educação são definidas pela administração central do Estado, em uma lógica de elaboração e aprovação nacional e com implementação local realizada pelos Gabinetes provinciais da educação.

Logo após a sua independência, o país viveu um período de guerra civil extenso, que teve início em 1975, chegando a alcançar a paz e a reconciliação nacional apenas no dia 4 de abril de 2002, foi um momento marcante e histórico para Angola, que passou a traçar um conjunto de mudanças e transformações políticas e sociais, dentre elas podemos destacar a transição de uma economia de orientação socialista para a economia de mercado, a aprovação da Constituição da República de Angola, em 2010, e a criação do Estado democrático de direito, com realização de eleições gerais frequentes nos anos 2008, 2012, 2017 e 2022.

As mudanças e reformas que marcaram o país também foram feitas igualmente na política educacional angolana, tendo como referência a primeira e segunda Lei de Bases do Sistema Educativo, editadas respectivamente nos anos de 2001 e 2016 (ANGOLA, 2001, 2016). Esta última teve como pano de fundo a adequação da legislação educacional ao novo quadro constitucional, considerando a aprovação da Constituição da República no ano 2010 e os novos desafios macroeconômicos do país (ANGOLA, 2016).

Diante desta conjuntura política educacional, o presente artigo, estuda as políticas desenvolvidas pelo Ministério da Educação de Angola na gestão de escolas do ensino primário na província de Luanda.

A província de Luanda concentra o maior número da população, a mesma padece de vários problemas sociais, principalmente no que concerne à adesão do ensino primário, o que tem provocado uma demanda elevada de crianças que não frequentam e que pretendem aderir ao ensino primário. Neste caso, as organizações precisam criar políticas públicas que facilitem a gestão das escolas do ensino primário na província de Luanda.

O interesse pela pesquisa deu-se num primeiro momento pelo campo em que estou inserida, que é na administração pública, o que me incentivou a analisar as orientações dos gestores escolares em Luanda-Angola e, por ter crescido na província de

Luanda, onde frequentei o meu ensino fundamental (primário) em uma escola pública. Por vivenciar fatos que nos remetem a muitos questionamentos sobre o papel das políticas públicas e da gestão escolar, o alto índice de reprovações, a falta de infraestruturas, escolas debilitadas, escassez de materiais escolares e a fragilidade na formação dos professores vem dificultando o processo de ensino nas escolas primárias. O que resulta em um número elevado de crianças fora do sistema de ensino público primário.

Partindo desse pressuposto e também como estudante no campo de administração pública, percebe-se que um estudo como este é de certa forma primordial e de suma importância para a nossa área e por existirem poucas produções voltadas para esta temática. Por isso, surge o interesse em falar de uma forma mais detalhada de como tem sido as políticas implementadas pelo Estado nas gestões dos ensinos primários na província de Luanda.

Vale destacar que, Luanda é a capital do país é a cidade que tem a maior demanda populacional. É a mais econômica, estabilizada, e com melhores infraestruturas. Também centraliza as principais instituições do ensino público primário. Com isso, podemos apresentar algumas informações mais aprofundadas sobre a mesma e por isso resolvemos integrar esta província neste presente trabalho. Acreditamos que, além de contribuir para o benefício da própria sociedade luandense, dar a conhecer como os seus gestores trabalham para o melhoramento do ensino público, também para que o Estado angolano, possa elaborar novas políticas públicas a favor do melhoramento desse mesmo ensino.

Entende-se que o setor público no geral, tem o objetivo ligado ao interesse coletivo, ou seja, toda realização desenvolvida por este setor intenciona assegurar e responder às demandas públicas. Os órgãos da administração suas práticas devem ser feitas com base no bem estar da população. De acordo com Gregorius (2015):

“A Administração Pública tem como objetivo trabalhar em favor do interesse público e dos direitos e interesses dos cidadãos que administra. Ou seja, nela estão duas atividades distintas como a superior de planejar e a inferior de executar” (GREGORIUS, 2015, p. 44).

Podemos perceber a necessidade de que todos os administradores, devem conhecer os principais problemas que assolam uma determinada sociedade, ficando sempre vigilantes e bem informados para que não se cometam erros na sua gestão.

O objetivo do nosso estudo é analisar as políticas e gestão escolar no ensino primário em Luanda-Angola, procurando assim, saber como se tem desenvolvido essa temática.

Como objetivo Específico:

- Identificar as políticas de gestão escolar no ensino fundamental (primário);
- Conhecer sua estrutura e organização Educacional de Angola;
- Apresentar as políticas públicas que o estado vem implementando para melhorar o sistema do ensino fundamental (primário) na província de Luanda;

BREVE CONCEITUAÇÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Com o intuito de destacar um embasamento teórico para a compreensão do funcionamento das políticas públicas no sistema do ensino básico na província de Luanda e como tem se desenvolvido esta organização do ensino público angolano, primeiramente vale conceituar que políticas públicas possui origem nas áreas da administração e da política, todavia, devido à complexidade, sua abrangência vem sendo utilizada nas mais diversas áreas, e das mais diversas formas. As políticas públicas servem para elaboração de propostas, e que se precisa de pessoas que analisem, executem ou implementem tais ações.

Segundo Borges *et al.* (2013), a criação de políticas públicas é uma tarefa muito complexa, que pode cair em uma situação de não ser concretizado se não considerarem os problemas de cada região ou estado. O tempo histórico, o contexto social e econômico é de certa forma uma das questões que devem ser levadas em consideração ou a serem avaliadas e compreendidas ao se implementar uma política pública qualquer. Especificamente quando o foco está relacionado a políticas sociais como a educação e a saúde.

Entre outras e muitas definições que giram em volta do conceito de políticas públicas, vale destacar que não existe uma única ou melhor definição do que seja política pública. Souza (2002) resume a política pública como uma área do conhecimento que ao mesmo tempo busca colocar o governo em ação e depois analisar essa mesma ação variável independente e propor mudanças no trajeto dessas ações quando necessário. Ou seja, a maneira de criação de política pública é através

do qual os governos constituem seus propósitos ou objetivos em programas e ações, que trazem bons resultados ou mudanças desejadas no mundo real.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O CONTEXTO ANGOLANO

Para falarmos de políticas educacionais primeiramente devemos compreender que ela está ligada com as políticas públicas em diferentes contextos socioculturais e históricos. Partindo deste pressuposto, as políticas públicas educacionais apesar de estarem presentes no cotidiano escolar, ainda não são fáceis de defini-las, pois, para isso há uma necessidade de se compreender que as políticas públicas, em específico as educacionais estão ligadas a um Estado que as define. Estado este, que se organiza em diferentes períodos de atuação em que cada um tem o seu papel na definição e execução das políticas. Alguns autores defendem que:

A Política Educacional (assim, em maiúsculas), é a Ciência Política em sua aplicação ao caso concreto da educação, porém as políticas educacionais (agora no plural e minúsculas) são múltiplas, diversas e alternativas. A Política Educacional é, portanto, a reflexão teórica sobre as políticas educacionais (...) se há de considerar a Política Educacional como uma aplicação da Ciência Política ao estudo do setor educacional e, por sua parte, as políticas educacionais como políticas públicas que se dirigem a resolver questões educacionais (PEDRO; PUIG, 1998, *apud*. VIEIRA 2011, p. 55-56)

Podemos assim dizer que, para compreendermos a definição citada, devemos levar em consideração que a política pública tem o objetivo de entender as ações do governo, já com relação às políticas públicas educacionais está mais voltada às ações ligadas ao sistema educacional, que diz respeito a como as escolas se organizam e como essas políticas, planos e programas educacionais são colocados em prática. RIBEIRO (2020) enfatiza que:

As Políticas Públicas no âmbito educacional são aquelas políticas ou programas criados pelos governos de modo a garantir o acesso à educação a todos os cidadãos. É através destas políticas que é possível elevar a qualidade de ensino no País. (RIBEIRO, 2020, n.p.).

Percebemos que para estudar como se formam e são construídas as políticas públicas educacionais, como já mencionado acima, é necessário analisarmos o contexto histórico em que elas nascem no país. Pois, apesar de que um dos principais objetivos das políticas públicas na educação é de poder oferecer um ensino público de qualidade, é preciso ser considerado a partir de uma escola autônoma. De acordo com AMARAL & FERREIRA (2014):

As políticas educativas como parte da Política Educacional, entendendo que aquelas materializam fatores que não se formam a partir do contexto imediato, mas são resultantes de um processo histórico abrangendo também aspectos políticos, sociais e econômicos (AMARAL & FERREIRA, 2014, p.42).

Por isso, não se justifica os deveres do estado para com ela, muitas vezes os aspetos levados em consideração não condizem com as necessidades e especificidades das escolas. Com isto, entende-se que o contexto histórico de um país pode refletir muito a respeito dos motivos que levam a elaboração de uma determinada política em detrimento da outra.

Ainda sobre a mesma linha de pensamento, Oliveira (2005) considera que as atuais políticas educacionais, em sua maioria, estão relacionadas com políticas de gestão. No contexto da educação angolana, a grande atenção dada às questões de gestão educacional começou a partir de 2005 liderada pelo Ministério da Educação (MED) que determina e mantém a gestão educacional como uma das suas políticas prioritárias.

Tanto a gestão escolar quanto a gestão educacional de modo geral, são o centro das políticas educacionais a nível do mundo. Luce & Medeiros (2006) enfatizam que, a situação ou momentos históricos diversos:

A discussão acerca de como a escola deve se organizar e se relacionar com a comunidade em que se situa e com os governos a que se vinculam implica diferentes entendimentos sobre a organização do espaço público e as responsabilidades do Estado, da sociedade, dos profissionais de educação (LUCE; MEDEIROS, 2006, p.15).

Quando falamos em gestão escolar, consiste em uma das áreas técnicas de um profissional na educação designada para realizar o planeamento, a organização, a liderança, a orientação, a medição, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos. Segundo LÜCK (2008):

Gestão escolar é o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico e compromissado com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências), de participação e compartilhamento (tomada de decisões conjunta e efetivação de resultados) e autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações). e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados) (LÜCK, 2008, p. 35-36).

A gestão escolar também envolve de modo relativo à atividade da direção escolar, da participação ou coordenação pedagógica, da orientação educacional e da secretaria da escola, considerados participantes da equipe gestora da escola.

Já a gestão educacional é conhecida como um elemento superior, por enfrentar a execução direta e a crítica dos princípios administrativos da gestão empresarial na organização escolar. Ou seja, ela busca uma nova compreensão sobre o papel dos gestores escolares comprometidos em reconhecer limitações que determinam os conceitos de administração. De acordo com LÜCK (2008, p. 53): “trata-se da proposição de um novo entendimento de organização educacional e seus processos e, para além disso, das relações de educação com a sociedade e das pessoas dentro do sistema de ensino e escola”.

Em Angola, no plano de aplicação de políticas educacionais, assim como na organização do próprio sistema educativo e do ensino, são utilizadas várias designações quando se pretende apresentar o ensino e as suas próprias escolas, tanto o ensino público ou ensino estatal, ensino privado ou ensino particular, escolas públicas, escolas privadas, escolas comparticipadas. Esta concepção é a base que transpõe a educação atual em Angola.

Nos dias de hoje, não só em Angola como no mundo de modo geral, as políticas educacionais refletem-se na utilidade de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem do aluno, e nesta perspectiva a qualidade do trabalho dos professores e as práticas educacionais têm se criado o ponto central de reflexão do governo.

Segundo Bourdieu (2014), o Estado é o monopólio dos instrumentos legais, de gestão e administração dos bens públicos:

No entanto, é verificável que, a autonomia que vem sendo dada, embora favoreça a autonomia das instituições em diferentes situações, é pouco efetiva, uma vez que, por exemplo, os orçamentos são definidos e implementados pelo Estado, assim como quaisquer outras ações de expansão e desenvolvimento institucional. (BOURDIEU, 2014, p. 401).

É fundamental ter a compreensão disso, de que a educação em Angola ao decorrer do tempo sempre teve forte monopólio, regulação, objetivação e interferência do Estado.

Percebe-se que, as políticas públicas retratam os princípios e as ações do governo que dirige o Estado. Demonstrando os seus objetivos propostos, as várias atuações, suas competências e limitações na criação, na realização e no melhoramento ou na construção das políticas. (SANTOS 2003)

A conjuntura educacional angolana nos faz refletir e debater sobre as dificuldades relacionadas a criação das políticas educacionais levando em consideração a escassez de recursos financeiros que sejam capazes de assegurar a tarefa de uma educação de cidadania de maneira suportável. Portanto, as fracas condições que podem sustentar o funcionamento de um ensino de qualidade, abrem um espaço naquilo que tem se presenciando na implementação e avaliação das políticas educacionais, das quais as competências e o conhecimento do próprio professor já não são suficientes para se avaliar a qualidade do ensino na educação angolana.

Segundo Menezes (2010), em dezembro de 2001 o Estado angolano cria a LBSE - Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei nº 13/01 de 31 de dezembro de 2001) a fim de dar as devidas soluções aos problemas essenciais na educação, dentre eles destaco a ampliação do Sistema Educativo em todas as províncias do território angolano. Além disso, esta mesma Lei, tinha também como objetivo aumentar o número de professores nos ensinos primário e secundário e subir a taxa de escolaridade bruta colocando acima do nível médio observando nos países de desenvolvimento humano de 10 a 15.

Esta mesma Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE), apresenta a definição do sistema da Educação de Angola como um processo que tem como objetivo preparar o indivíduo para as exigências da vida política, econômica e social do país, que desenvolve a convivência humana, no meio familiar, nas relações de trabalho, nas instituições de ensino e de investigação científica e técnica, na comunicação social, nas organizações comunitárias, nas organizações filantrópicas e religiosas por intermédio de manifestações culturais e desportivas (MED, 2001)

Assim podemos compreender o sistema de educação, como conjunto de organizações e modalidades, que por intermédio dela se realiza a educação, visando à preparação harmoniosa e integral do indivíduo, com o objetivo voltado na construção de uma sociedade livre, democrática, de paz e progresso social.

Entretanto, a qualidade do ensino angolano, tem sido motivo de vários debates em contextos diferentes, tais como, nos jornais, no círculo acadêmico e político,

quando se pretende analisar a sua eficiência e eficácia. De acordo com VINTE SEGUNDO (2023):

No entanto, ao se analisar as precárias condições de trabalho docente (infra estruturais, laboratoriais e outras condições materiais e imateriais necessárias para o devido funcionamento de uma escola pública de qualidade), a inexistência de formação contínua para o serviço da magistério, a pouca valorização do professor, os vícios implícitos ao processo de ensino e aprendizagem e má gestão nas instituições de ensino, assim, como outras situações menos abonatórias, são fatores que tem feito com que a qualidade de ensino no país seja cada vez mais questionável (VINTE SEGUNDO, 2023).

Frente a estes problemas que ainda encontramos na educação angolana, dos quais a resolução ainda está distante por razões de ideais humanas que são estabelecidos. Certamente para o setor da educação, a certeza do que está mal deveria indiscutivelmente passar por mudanças do meio envolvente, dos sistemas e atuações técnicas e administrativas transparentes dos gestores. Portanto o combate por um ensino de melhor qualidade tem sido o foco do MED (Ministério da Educação), pelos Sindicatos, pelos organismos e organizações Nacionais e Internacionais, assim como o próprio Governo nos últimos tempos tem dado respostas com o objetivo de dar uma esperança na melhoria de um ensino público de qualidade.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL DE ANGOLA

A organização está presente tanto no setor público quanto no setor privado, é fundamental a criação de um ambiente de trabalho saudável. E também na forma como se associa um sistema para poder atingir os objetivos desejados. A escola também é uma organização responsável por apresentar características coletivas, a maneira como os recursos humanos têm relação entre si, estabelecer e fazer a distribuição das funções dos mesmos em suas áreas de atuação, com o objetivo de realizarem as respectivas tarefas, tendo como foco a sua organização.

De acordo com a Lei de Bases do Sistema de Educação, Lei nº 13/01 de 31 de dezembro de 2001, Angola transcendeu sua etapa de transição do Antigo Modelo de Sistema de Educação implantado a partir de 1978 para o Novo Modelo de Sistema de Educação.

Ainda na mesma sequência da referida lei, o ensino secundário encontra-se em fase de reformulação, prevendo a implantação de um novo sistema de educação, em substituição ao sistema de 1978 (VICTORINO, 2012).

Na atual Organização de Educação Angolana, ainda em implementação, o ensino secundário é o estágio seguinte ao ensino primário. Que está organizado em dois ciclos sequenciais, com duração total de seis ou sete anos. Que são os seguintes: O **1.º ciclo** divide-se em ensino geral e em formação profissional, compreendendo às 7ª, 8ª e 9ª classes, cada classe correspondendo a um ano escolar. O **2.º ciclo** divide-se em ensino geral, que compreende 10ª, 11ª e 12ª classes, em formação média normal e em formação média técnica, estas últimas compreendendo 10ª, 11ª, 12ª e 13ª classes.

Este primeiro sistema educacional feito em 1978, logo depois a independência foi com objetivo de eliminar o sistema educacional elaborado pelos colonizadores portugueses. De acordo com SOUSA (2015):

Foi sob a perspectiva de se desvincular do sistema de educação deixado pelos colonizadores e assumir as competências que lhe são de direito que os governantes, sob coordenação do Ministério da Educação e Cultura, definiram a política do desenvolvimento do sistema de educação pelo território nacional. Reformulou-se um novo sistema que estivesse de acordo com as necessidades e a realidade da população angolana. Sendo assim, o primeiro sistema educacional de Angola foi elaborado em 1978 após a independência, desatrelando-se do sistema educacional elaborado pelos colonizadores portugueses. (DE SOUSA, 2015, p. 52-52)

Já em 31 de dezembro de 2001, o governo angolano aprovou a Lei nº 13 de Bases do Sistema. Com o alcance da paz em 2002, já era possível traçar novas metas. Criou-se uma nova reforma educativa que entrou em vigor em 2004.

Esta nova LBSE (2001), considerando a realidade educacional de Angola, visou a normatizar e regulamentar o sistema educacional no país e assim garantir a todos o acesso e o direito à educação. Essa Lei traz um conjunto de normativas que vão orientar todo o sistema educacional angolano.

Segundo SOUSA (2015), nesse projeto educacional, a organização de educação em Angola estrutura-se em três níveis: primário; secundário e superior, enquanto a prática educacional realiza-se a partir de um sistema unificado, constituído pelos seguintes subsistemas de ensino:

- a) Subsistema de educação pré-escolar;
- b) Subsistema de ensino primário;
- c) Subsistema de ensino secundário;
- d) Subsistema de ensino técnico-profissional;

- e) Subsistema de formação de professores;
- f) Subsistema de educação de jovens e adultos;
- g) Subsistema de ensino superior.

Já para o ensino primário, conforme consta no art.18 da LBSE, tem como objetivos: desenvolver e aperfeiçoar o domínio da comunicação e da expressão; aperfeiçoar hábitos e atitudes tendentes à socialização; proporcionar conhecimentos e capacidades de desenvolvimento das faculdades mentais; estimular o espírito estético com vista ao desenvolvimento da criação artística; garantir a prática de educação física e de atividades desportivas para o aperfeiçoamento das habilidades psicomotoras, a seguir:

ARTIGO 18º (Objetivos) São objetivos específicos do ensino primário: a) desenvolver e aperfeiçoar o domínio da comunicação e da expressão; b) aperfeiçoar hábitos e atitudes tendentes à socialização; c) proporcionar conhecimentos e capacidades de desenvolvimento das faculdades mentais; d) estimular o espírito estético com vista ao desenvolvimento da criação artística; e) garantir a prática sistemática de educação física e de atividades desportivas para o aperfeiçoamento das habilidades psicomotoras.

A Lei de Bases do Sistema de Educação Nacional (LBSE, 2001) trata do acesso ao ensino primário como um direito de todos alunos, em particular nos seus artigos 7 e 8:

Art.7 Entende-se por gratuidade a isenção de qualquer pagamento pela inscrição, assistência às aulas e o material escolar. 2. O ensino primário é gratuito, quer no subsistema de ensino geral, quer no subsistema de educação de adultos. 3. O pagamento da inscrição, da assistência às aulas, do material escolar e do apoio social nos restantes níveis de ensino, constitui encargos para os alunos, que podem recorrer, se reunirem as condições exigidas, à bolsa de estudo interna, cuja criação e regime devem ser regulados por diploma próprio.

Art.8 O ensino primário é obrigatório para todos os indivíduos que frequentem o subsistema do ensino geral.

Entretanto, o ensino primário em Angola ainda continua a demonstrar muita precariedade, é necessário que se crie novas Políticas de Gestão que sejam capazes de oferecer vagas ao ensino fundamental para todas as crianças e dar a devida assistência. Segundo Simão (1994 apud RONCA, 2000):

Para além da falta de vagas nas escolas, a educação básica regular em Angola caracteriza-se por um grande número de desistência, repetição de classes, diminuição de frequência escolar na faixa dos 5 aos 14 anos, aumento das desigualdades regionais e o crescente desperdício dos recursos educacionais, o que explica em parte o fenómeno das “crianças de rua” (SIMÃO, 1994, p. 2 apud RONCA, 2000).

A garantia do sucesso educativo consiste na efetivação dos planos criados. Em Angola, há visivelmente a necessidade de construção de mais infraestruturas escolares e proposição de metodologias que reduzam o número de crianças fora do sistema de ensino.

GESTÃO ESCOLAR

De acordo com Libânio (2004), podemos considerar a gestão como “os processos intencionais e sistemáticos de se chegar a uma decisão e de fazer a decisão funcionar, caracterizando a ação que denominamos gestão”.

Para Luck (2006), a definição de gestão resulta de uma nova compreensão da condução das organizações. Surge como superação dos limites da administração. Emerge um novo paradigma, isto é, visão do mundo e ótica com que se percebe e reage em relação à realidade. O gestor com modelo de liderança participativa possibilita o aprimoramento da comunidade escolar na conjunção de realizar com sucesso os projetos que possam transformar a realidade da escola e dos alunos.

No que diz respeito à gestão escolar em Angola, precisamos salientar que o sistema educacional angolano é descendência da tradição centralista da administração colonial Portuguesa, sobretudo de uma enorme herança, isto é, de cobertura, de escolarização e naturalmente de organização e gestão escolar.

A gestão escolar em Angola infelizmente ainda apresenta muitas falhas com relação a suas execuções, por este motivo está regularmente sujeita a procedimentos de restaurações, isso tem obrigado a realizações de vários seminários com finalidade de capacitar os gestores escolares. A construção de quadros de qualidades para diretores das escolas públicas em exercícios das suas funções tem sido tema de análises e reflexões em várias realidades no mundo acadêmico com recomendações de capacitação e qualificação na gestão, liderança escolar e pedagógica, para melhor dirigir a escola (Luck, 2009). Considera-se que a falta de formação especializada em gestão e liderança escolar torna o diretor menos preparado para a tomada de decisão perante algumas situações (Menezes, 2010).

Com isto, percebemos que em Angola a gestão escolar tem tido inúmeras falhas, por muito que se organizem seminários de capacitação aos diretores das escolas, por esses seguirem o modelo estrangeiro que não se encaixa na realidade escolar

angolana, torna-se difícil o acesso e a permanência de crianças no ensino público que vem mostrando fragilidade na formação de professores e vem dificultando o processo de ensino e aprendizagem por conta da má gestão. Só para analisarmos o Ministério da Educação (MED), registra cerca de dois milhões de crianças em idade escolar que estão fora do ensino. Para além desse dado, cabe ressaltar que, se tomarmos os Indicadores dos números de crianças dentro e fora do ensino, publicado pelo Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 2015, teremos os seguintes dados:

Contudo, cerca de 22% das crianças em Angola ainda se encontram fora do sistema de ensino e 48% das crianças matriculadas não concluem o ensino primário. Apenas 11% das crianças dos 3 aos 5 anos têm acesso à educação pré-escolar. (CARVALHO, 2015, on-line).

De acordo com o artigo intitulado “Educação é prioridade”, publicado no jornal de Angola, em 30 de janeiro de 2016, sem autoria, em Luanda o número de crianças fora do sistema do ensino continua a causar preocupações. Refere-se a mais de 41 mil crianças que se encontram fora do ensino por diversas razões. Podemos constatar neste artigo, que existe uma preocupação muito grave no que diz respeito a gestão da educação que requer uma ação estratégica das autoridades provinciais.

Um gestor escolar ou diretor, desempenha um papel fundamental no que diz respeito à organização e funcionamento da instituição escolar, em todas as suas expectativas, como físico, sociopolítico, relacional, material, financeiro e pedagógico. Portanto é de suma importância para o desenvolvimento de todo o trabalho escolar, garantir o pleno acesso da instituição escolar e a permanência do ensino, desde o acompanhamento da aprendizagem do aluno até ao trabalho de todos. Em complemento, Lukombo (2021) enfatiza:

O gestor que assume o papel de integrar e auxiliar o processo de ensino aprendizagem passa acima de tudo a compreender a dinâmica da escola porque ele conhece melhor os alunos em situações de aprendizagem, o trabalho dos professores e o desempenho de cada um deles, assim a escola contam com um gestor dinâmico democrático e que tenha uma visão para o alcance dos objetivos da educação buscando sempre a participação de todos, nesse sentido sua ação surge como peça fundamental para que a escola funcione de forma a somar com as expectativas e objetivos tanto do Estado, como da comunidade e família que insere seus filhos na escola com propósito de adquirir uma boa formação. (Lukombo, 2021, p.7)

Outro fator também bastante interessante e que precisa ser analisado é a questão do mau estado que muitas escolas públicas apresentam, por consequência da má gestão. Segundo o jornal de Angola intitulado “Má gestão escolar analisada no Luena”,

em 25 de maio de 2019, sem autoria, A má gestão de escolas públicas na província de Luanda está a contribuir para a degradação do património mobiliário do sector, segundo dados do Gabinete Provincial da Educação, que, para reverter o quadro, promoveu ontem, um encontro que contou com a presença de 243 gestores, entre diretores e quadros administrativos.

A responsabilidade pelo bom funcionamento administrativo e pedagógico recai no diretor ou gestor da escola que possui a principal gestão a nível da instituição escolar. Desta forma o diretor escolar “encarna um tipo de profissional com conhecimentos e habilidades para exercer liderança, iniciativa e utilizar práticas de trabalhos em grupo para assegurar a participação de alunos, professores, especialistas e pais nos processos de tomada de decisões e na solução dos problemas” (Libâneo, 2013, p. 96).

Sendo assim, a organização e gestão visam:

a) Promover as condições, os meios e todos os recursos necessários ao óptimo funcionamento da escola e do trabalho em sala de aula;

b) Promover o envolvimento das pessoas no trabalho por meio da participação e fazer o acompanhamento e a avaliação dessa participação, tendo como referência os objetivos de aprendizagem;

c) Garantir a realização da aprendizagem de todos os alunos. (Libâneo, 2013, p. 88).

Assim sendo, podemos sustentar que a organização e gestão de uma determinada escola é uma atividade que tem como objetivo gerar condições, proporcionar o crescimento dos protagonistas e posteriormente facilitar e garantir a realização da aprendizagem dos alunos. A gestão escolar é um lugar de combinação dos atos produzidos nos espaços escolares, com o objetivo de chegar nas medidas cruciais para elaborar condições apropriadas para atingir os seus objetivos definidos publicamente.

METODOLOGIA

A nossa pesquisa é uma discussão teórica de carácter qualitativa do tipo bibliográfica e documental. Em um primeiro momento, foram feitos levantamentos e leituras meticolosas por meio de textos que vão de acordo com a temática em questão. A seleção dos textos abordados, foram feitos por serem bastante relevantes e também por estarem relacionados com conceitos essenciais que auxiliaram na construção para o desenvolvimento do trabalho, apresentando abordagens fundamentais que foram de grande contributo para a construção deste trabalho. Refere-se especificamente a artigos, dissertações, livros, monografias e demais fontes confiáveis.

A pesquisa qualitativa pressupõe que o pesquisador fará uma abordagem empírica de seu objeto. Para tal, ele parte de um marco teórico-metodológico preestabelecido, para em seguida preparar seus instrumentos de coleta de dados, que se bem elaborados e bem aplicados fornecerão uma riqueza ímpar ao pesquisador. (Guerra, 2014, p.15)

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida tendo sua fundamentação em materiais já desenvolvidos composto essencialmente de livros e artigos científicos. De acordo com o autor, a principal vantagem da pesquisa bibliográfica encontra-se pelo fato de conceder ao pesquisador a garantia de um conjunto de fenômenos bem mais complexos, em relação aqueles que ele pesquisaria diretamente.

Para a construção da mesma, recorreremos também a utilização da técnica da pesquisa documental em complemento das pesquisas bibliográficas que foi importante para encontrarmos documentos oficiais e pesquisas realizadas por intelectuais que se empenham em estudar as políticas educativas efetuadas em Angola.

Partindo desta perspectiva, procurou-se reunir algumas referências que tratam do tema que tencionamos apresentar neste artigo, não ficando apenas presos no que sabemos a respeito do mesmo. De acordo com Fonseca (2002):

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32)

Assim sendo, optamos entre as fontes acima destacadas, pelos documentos oficiais e vídeos de programas de televisão para fundamentarmos a nossa pesquisa. No qual, numa primeira fase foi feita a seleção de matérias que poderiam ser úteis para a

construção do trabalho, em seguida partimos para revisão destas mesmas matérias selecionadas, fazendo uma comparação para podermos coletar as informações textuais a fim de fazermos as citações e referências, com a finalidade de assegurar o nosso referencial teórico.

Apoiando-se nestas referências, foi possível definirmos os nossos objetivos que ajudaram esta pesquisa, assim como todo o caminho e tivemos como objetivo geral analisar as políticas e gestão escolar no ensino primário em Luanda-Angola. Partindo desta premissa, foram definidos vários objetivos específicos para a construção da pesquisa, onde o primeiro objetivo foi identificar as políticas de gestão escolar no ensino fundamental (primário) foi possível fazer uma discussão objetiva fundamentado em diferentes autores que foram estudados, vale destacar alguns como (LUCK, 2006, 2009, LUKOMBO, 2021, LIBÂNEO, 2001, 2004,) entre outros que também têm pesquisas focadas em gestão escolares.

É sabido que a construção de uma pesquisa científica abrange diversos fatores desde humanos, materiais, entre outros, que até certo ponto tem relativa influência, neste contexto, pode-se considerar que para a realização desta pesquisa houve algumas dificuldades desde a sua elaboração, passando por diferentes fases até chegarmos à etapa de coleta de dados, mas com a vontade de trabalhar esta mesma temática colocou-se acima das dificuldades encontradas.

Falar de políticas públicas voltada a educação, chega sendo desafiador, apesar de existir dezenas de trabalhos sobre o sistema educacional angolano, poucas delas são voltados na administração pública, o que dificultou bastante a coleta de dados que é muito essencial na construção de qualquer pesquisa, porque possibilita termos uma perspectiva mais ampla sobre a temática pesquisada. A distância também foi um dos fatores de dificuldade da pesquisa, como por exemplo, limitou a utilização da técnica da entrevista semiestruturada que nos dá possibilidade de ter uma conversa aberta e amigável com o entrevistado com relação ao tema pesquisado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apresentados neste trabalho, definem a compreensão que os participantes reúnem sobre políticas e gestão escolar no ensino primário em Angola tendo como fundamento os conjuntos de informações, dados, materiais e referências que foram

de grande suporte para a realização da pesquisa com o objetivo de ser um contributo para melhoria da qualidade educativa no ensino primário (fundamental).

A sugestão para este trabalho foi fundamentada no ponto de vista de fazer uma análise sobre a organização do ensino público angolano um estudo sobre políticas e gestão escolar no ensino primário em Luanda-Angola, procurando assim, avaliar se os resultados apresentados estão diretamente ligados com o tema em questão.

A partir das contribuições dessas referências, conseguiu-se fazer uma relação em diferentes perspectivas, percebemos que apesar de que em Luanda as políticas educativas tem se manifestado na importância do processo da gestão escolar para garantir a qualidade do ensino e aprendizagem, no que diz respeito a formação inicial e permanente dos diretores, com isso, está constantemente sujeito a processos de restaurações, o Estado angolano tem trabalhado na elaboração de políticas de gestão escolar para poder minimizar os diversos problemas que a mesma apresenta, conforme aponta o Ministério da Educação (MED), a implementação de vários seminários a nível da província de Luanda com o intuito de capacitar e qualificar os diretores das escolas públicas do ensino primário na gestão, liderança escolar e pedagógica, para assim melhor dirigir a instituição e também tem apostado na construção de quadros de qualidades para diretores das escolas.

Por mais que aparentemente o esforço do Estado angolano em criar diversas políticas de gestão escolar para melhorar os problemas no ensino primário, Menezes (2010) apresenta que a mesma ainda é vista como insustentável para satisfazer às expectativas de um ensino primário com qualidade desejável, tendo em vista as debilidades dos ambientes de trabalho, da falta de escolas e salas de aulas, da escassez de professores, da falta de livrarias, da insuficiência de carteiras e da degradação do patrimônio mobiliário do sector.

Portanto a capacitação da organização para poder fazer o planeamento e dirigir o processo de gestão escolar na escola do ensino primário tem que apresentar modificações no âmbito da formação dos diretores. Desta forma, é necessário que as ações dos gestores escolares sejam mudadas para poder elevar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, assim como preservar e garantir o pleno acesso da escola, a partir da organização, do planeamento, da orientação, do acompanhamento e controle da instituição.

O segundo objetivo do nosso trabalho referiu-se a Conhecer a estrutura e organização de todo Sistema Educacional de Angola, para tal foi necessário fazermos uma análise meticulosa sobre a nova lei de educação; a Lei de Bases do Sistema de Educação, Lei nº 13/01 de 31 de dezembro de 2001, que estrutura e organiza todo o Sistema de Educação de Angola. Esta mesma lei, foi elaborada e aplicada refletindo na realidade educacional de Angola, que aparece com a finalidade de normatizar e regulamentar o sistema educacional no país bem como garantir a todos o acesso e o direito à educação.

Menezes (2010), enfatiza que o Estado angolano cria a LBSE para dar soluções aos problemas essenciais na educação, como expandir o sistema educativo em todas as províncias do território angolano, também para dar aumento ao número de professores nos ensinos primários e secundários e subir a taxa de escolaridade bruta colocando acima do nível médio observando nos países de desenvolvimento humano de 10 a 15.

Assim, embora o governo angolano cria a LBSE para dar as devidas soluções, ainda apresentam atrasos significativos no que se refere à sua expansão, com um elevado quadro de analfabetismo para além disso, as condições de aprendizagem foram afetadas pela falta de materiais didáticos, equipamentos e mobiliários escolares e deficiências curriculares; as regiões que ainda carecem do mesmo sistema de ensino resultam em números elevados de crianças sem acesso à educação, mais de 41 mil crianças não têm o devido acesso. (Jornal de Angola, 2016).

A fraqueza que o ensino básico apresenta, também é um dos fatores que tem dificultado o sistema de ensino, sem contar na falta de um investimento no processo de formação contínua dos professores para desenvolver o processo de ensino primário com qualidade; associado a melhoria das competências profissionais dos professores. Pois, as escolas do ensino primário dispõem cada classe de apenas um professor para todas as disciplinas, não existem professores suficientes e muitos não têm uma formação adequada. (SEBASTIÃO; CRUZ, 2016 p. 18)

A exploração documental realizada demonstra que o cenário de educação em Angola foi passando por um conjunto de revisões que trouxeram reformas na educação das províncias e consequentemente de Angola pós-independência. Segundo SOUSA (2015) o primeiro sistema educacional foi elaborado logo depois da independência de Angola em 1978, foi com objetivo de eliminar o sistema educacional elaborado pelos

colonizadores portugueses no qual foi caracterizado por insuficientes resultados da avaliação do sistema de educação. A organização da estrutura funcional do Sistema da Educação em Angola definido pelo Decreto nº26/77, de 27 de janeiro, foi substituído pelo Decreto Nº 40/80 de 14 de maio (DR, I Série-nº113), que definiu as linhas gerais de orientação para a reformulação do Sistema de Educação e ensino.

Na análise do conteúdo efetuado, percebe-se que com o alcance da paz em 2002, já era possível traçar novas metas. E por conta disso, o Estado angolano em dezembro de 2001 aprova a lei nº 13 de Bases do Sistema de Educação. Ou seja, criou-se uma nova reforma educativa que entrou em vigor em 2004.

Atualmente, Lei Base Nº13/01 define a Organização do Sistema de Educação e Ensino em Angola estruturando-se em três níveis: primário; secundário e superior, enquanto a prática educacional realiza-se a partir de um sistema unificado, constituído pelos seguintes subsistemas de ensino: Subsistema de educação pré-escolar subdivide-se em creche, jardim-de-infância. Os subsistemas Ensino Geral, Ensino Técnico Profissional, Formação de Professores e Educação de Adultos. Subsistema de ensino superior. Embora haja pequenas alterações no concernente ao ensino secundário, formação de Professores e inserção da pós-graduação profissional – mestrado.

Percebemos que, mesmo com todas essas reformas educativas e novas estruturas feitas com o objetivo de melhorar e organizar as suas estruturas para que a população tenha essa acessibilidade ao ensino, o sistema de ensino primário ainda demonstra precariedade. Simão (1994 apud RONCA, 2000) é necessário criar novas Políticas de Gestão, que sejam capazes de oferecer vagas ao ensino fundamental para todas as crianças e dar a devida assistência.

Conforme supra citado, em Angola ainda existem inúmeras crianças fora do sistema educacional, chegando a ser maior quantidade com relação àqueles que se encontram dentro das salas de aulas, muitos por causa das instituições que não apresentam estruturas e estratégias para alcançar tais objetivos propostos e outros por conta da situação econômica que o país está vivendo.

De acordo com o censo realizado em 201, pelo INE (Instituto Nacional de Estatística), entre os anos de 2015-2016 foram registradas mais de 175 mil de crianças fora do sistema do ensino escolar. Entre as crianças de 3 e 5 anos, uma em cada 10 estavam matriculadas e frequentavam escolas ou creches, dentre as quais 12% dos que

frequentavam o ensino pertenciam nas áreas urbanas e já nas áreas rurais a percentagem é apenas de 8%.

Assim sendo, os acontecimentos das reformas educativas em Angola dizem respeito a métodos reais que se repetem e não progressivo em diferentes períodos e circunstâncias da educação. Este quadro consiste no sentido de fazer a manutenção dos problemas fundamentais que causam a necessidade de revisão ou mudanças nas leis, e que ao mesmo tempo não resolvem os problemas destes sistemas nem de antes implementados. Assim, o sistema educacional em Angola está sendo reformulado porque já não satisfaz as necessidades nacionais devido a realidade sociopolítica do país.

O terceiro objetivo procurou apresentar as políticas públicas que o estado vem implementando para melhorar o sistema do ensino fundamental (primário) na província de Luanda. Sendo assim, existe uma percepção real sobre as dificuldades relacionadas a criação das políticas educacionais no que diz respeito ao ensino fundamental angolano, com relação a sua eficiência e eficácia. Começando das condições de trabalho dos docentes, a falta de infraestruturas e outras condições materiais e imateriais para dar o devido funcionamento das escolas públicas. São fatores que tem feito com que a qualidade de ensino no país seja cada vez mais questionável. (VINTE SEGUNDO, 2023).

Podemos assim dizer, que o sistema educacional em Angola, tem passado por crescimento e retrocesso. O Ministério da Educação (MED), tem procurado implementar políticas públicas para assegurar o acesso ao ensino fundamental (primário), como o programa de PIM (Plano Integrado de Intervenção nos Municípios) que está em curso em Angola, com o intuito de dar respostas naquilo que tem constituído carências infraestruturais de ensino e não só, também na valorização das escolas públicas refletidas em novos enquadramentos através de concursos públicos, assim como outros programas que venham beneficiar a profissão de Professor.

Além disso, no termo de referência (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021) vem-se criando programas para melhorar o ensino público nomeadamente, EMSE (Estratégia para a Melhoria do Sistema de Educação, 2001-2015), PET (Programa Educação para Todos, aprovado em 2004), EARAE (Estratégia de Alfabetização e Recuperação do Atraso Escolar de 2006 a 2015), PND (Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017), PNFGPD (Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente, aprovado em 2018), PNDE (Plano Nacional de Desenvolvimento da

Educação 2017-2030), também denominado “Educar Angola”, e o PCER (Projeto de Criação de Escolas de Referência em Angola).

A criação de todos esses programas tinham como objetivo inverter não só o atraso educativo do país, mas também de garantir a adequação das suas políticas públicas de educação, que são entendidas como respostas das autoridades governamentais aos problemas identificados e apresentam-se como fundamentais na ação pública e ação governativa.

Vale destacar que, apesar do Estado ter implantado estas políticas públicas para melhorar o sistema de ensino, o acesso ao ensino primário ou fundamental em Angola ainda continua muito difícil, precisando imediatamente de uma nova reforma que seja capaz de criar abertura ao ensino fundamental a todas as crianças e garantir uma assistência. Porque as práticas que têm utilizado demonstram claramente o contrário daquilo que têm prometido em seus discursos. Ou seja, não têm dado respostas a toda demanda populacional. E como consequência, muitas crianças em várias regiões do país se encontram fora do sistema de ensino.

No entanto, diante destes problemas que o sistema da educação angolano se encontra, no qual a solução ainda se encontra distante por razões de ideais humanos que são estabelecidos. O combate por um ensino de melhor qualidade tem sido o foco do MED (Ministério da Educação), pelos Sindicatos, pelos organismos e organizações Nacionais e Internacionais, mas para se ter um bom resultado na educação é necessário a execução dos planos criados. No caso de Angola, mostra-se claramente a falta de infraestruturas escolares e propostas de métodos para reduzir o número de crianças fora do sistema de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o presente trabalho atingiu o seu objetivo, que foi fazer uma análise sobre as políticas de gestão nas escolas do ensino primário dentro da província de Luanda, onde conhecemos os meios que o Estado angolano tem usado para a implementação das políticas públicas de gestão nas escolas do ensino básico, assim como outros aspectos destacados ao longo da pesquisa.

Para chegarmos ao objetivo do nosso trabalho, isto é, analisar as políticas e gestão escolar no ensino primário em Luanda-Angola, como já mencionamos na nossa metodologia fez-se levantamentos e leituras por meios de textos, artigos, dissertações,

livros, monografias e demais fontes confiáveis que vão de acordo com a temática estudada. Tendo em vista, o objetivo da nossa pesquisa, bem como os resultados dos métodos aplicado na investigação no sentido de revisão da literatura, se fez a análise e discussão dos resultados.

Portanto, apesar do esforço que o estado angolano tem tido, em procurar criar políticas de gestão, assim como a implementação de programas para melhorar o ensino público angolano, a situação ainda continua precária conforme destacado no trabalho, ela está longe daquilo que são os instrumentos necessários para que o ensino funcione. Como consequência disso, inúmeras crianças fora do sistema educacional.

Durante a construção deste estudo, foi possível notar que algumas destas políticas públicas criadas para o desenvolvimento do sistema educacional não foram implementadas satisfatoriamente para o crescimento do sistema educacional de Angola, como já mencionado no decorrer da pesquisa, foram apenas discursos criados, porque as suas práticas demonstram claramente o contrário daquilo que têm prometido. Um outro ponto que também se percebeu, é o fraco financiamento no mesmo sistema de ensino, que tem dificultando na qualidade do ensino, na formação de professores e suas entradas no mercado de trabalho.

É necessário entender que, é preciso dar a devida atenção naquilo que diz respeito ao direito fundamental á educação das crianças do ensino básico. Procurar investir mais recursos para assim poder oferecer uma educação de qualidade, equipar as salas de aulas, dar formação adequada aos professores, trabalhar para construção de mais escolas principalmente nos locais onde há excesso de alunos.

De certa maneira, o objetivo do trabalho não foi esgotar a presente temática, mas sim impulsionar mais pesquisas a respeito das políticas de gestão, principalmente com enfoque em instituições públicas que é a nossa área de interesse. Portanto, pretendo dar continuidade e aprofundar mais a presente temática em um estudo futuro, poder sentar e entrevistar os gestores ou diretores e os professores pessoalmente e desta forma poder observar a maneira como eles atuam.

REFERÊNCIAS

ANGOLA. **Constituição da República da República**. Luanda, Angola: Imprensa nacional, 2010.

ANGOLA. Lei n.º 17/16, de 7 de outubro – **Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino**. Diário da República, I Série, n.º 170. Luanda, Angola: Imprensa Nacional, 2016.

ANGOLA. Ministério da Educação. **Lei de Bases do Sistema de Educação**. Luanda, 2001. Disponível em: <https://www.unicef.org/angola/relatorios/lei-de-base-do-sistema-de-educa%C3%A7%C3%A3o-lei-n%C2%BA-1301> acesso em: 02 de julho de 2022

BOURDIEU, Pierre. (2014) **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-1992)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DE MELLO BORGES, Gabriela Ferreira; DE ARAÚJO, Clarice Alves; PEREIRA, Dulceana. Políticas públicas e políticas educacionais: primeiras aproximações. In: **Anais do Encontro de Pesquisa em Educação e Congresso Internacional de Trabalho Docente e Processos Educativos**. 2013. p. 62-75.

GREGORIUS, Marcio. **A Administração Pública e suas funções**. Jusbrasil, 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-administracao-publica-e-suas-funcoes/195654350#:~:text=A%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica%20tem%20como,%20e%20a%20inferior%20de%20executar>. Acesso em 07 de agosto. 2023

LUCE, M. B; MEDEIROS, I. L. P. (2006) **A gestão democrática no sistema educacional**. In: LUCE, M. B; MEDEIROS, I. L. P. (Orgs.) **Gestão Escolar e Democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre, RS: UFRGS.

LÜCK, Heloísa et al. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, v. 1, 2009.

LUKUMBO, Garcia. "O Gestor escolar, sua influência na gestão democrática e participativa no magistério do Soyo." *Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES)* 2.3 (2021): 4-31.

Má Gestão Escolar Analisada no Luena. **Jornal de Angola**, Luanda 25 maio de 2019. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=429149>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

MENEZES, Manuel Azancot (2010), **Reflexões Sobre Educação**, Luanda, Mayamba

MENEZES, Manuel Azancot de. **Um olhar sobre a implementação da reforma educativa em Angola: Estudo de caso nas províncias de Luanda, Huambo e Huíla**. 2010. 73f. Monografia (Graduação) - Instituto Superior de Ciências da Educação, Luanda, Angola.

OLIVEIRA, D. A. (2005) **Regulação das políticas na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes**. Educação e Sociedade.

RIBEIRO, Elton. **Políticas de estado sobre a educação em Angola**. Angolas 24 horas. 21 de dezembro 2020. Disponível em: <https://www.angola24horas.com/opinioao/item/19671-politicas-de-estado-sobre-a->

[educacao-em-angola](#) Acesso em: 20 agosto. 2023 Digitado. Cláudia Letícia de Castro do Amaral, Liliana Soares Ferreira 2014

ROCA, Zoran. **As “crianças de rua” em Angola.** Um estudo das necessidades e dos potenciais para a introdução do ensino básico informal. **Revista Lusófona**, Lisboa, v. 1, n. 2, p. 214-209, mar. 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. (2007) **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo Editorial.

SEBASTIÃO, Maria Luísa Morais; CRUZ, Isabel Cristina Pérez. **Formação continua dos professores, interação e reflexão na escola No 1014, “17 de setembro”,** em Luanda. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, n. 12, p. 18, 2016.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas.** Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães. São Paulo, 20023

SOUSA, Elizabeth Muhongo Sebastião de. **ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM ANGOLA.** Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2015.

VICTORINO, Samuel Carlos. **O papel da educação na reconstrução nacional da República de Angola.** Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária. Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio sociopolítico (4). Brasília, v. 17, n. 1, jun. 2012

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política(s) e Gestão da Educação Básica:** revisitando conceitos simples (2011). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003. Acesso em: 10 agosto. 2023.

VINTE SEGUNDO, Isildo O. (2023) **Contribuição sobre o trabalho docente, consciência de classe e sindicalismo: um resumo sobre o SINPROF-sindicato nacional de professores em Angola.**